

A CENTRALIDADE DO COMÉRCIO E SERVIÇOS EM RIO BRANCO – ACRE SOB A PERSPECTIVA DO CNEFE-IBGE

Autor: Victor Régio da Silva Bento

Filiação institucional: Universidade Federal do Acre

E-mail: victor.bento@ufac.br

RESUMO:

O presente trabalho busca identificar os espaços dotados de centralidade em Rio Branco - Acre, tendo como subsídio os dados do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos - CNEFE. Como metodologia, essas informações institucionais foram analisadas na escala de setor censitário, na qual se pode contabilizar o número de estabelecimentos comerciais, assim como extrair o quantitativo de instituições de saúde e de ensino. Uma pesquisa no Google Maps auxiliou na localização das agências bancárias, supermercados/hipermercados e atacadões, adequando-os à malha censitária. Essas informações foram tratadas no EXCEL e depois vinculadas ao software Quantum GIS, para análise espacial na forma de mapas de calor. Como resultado foi possível verificar quais localizações de Rio Branco apresentaram maior intensidade quanto à oferta de bens e serviços, configurando-se como lugares centrais.

Palavras-chave: Centralidade, Comércio, Rio Branco – Acre.

GT – 02: Cidades médias e reestruturação urbana: tendências empíricas e desafios teóricos

INTRODUÇÃO

O centro configura-se como um território privilegiado em qualquer cidade, pois é o foco inicial de irradiação de seu desenvolvimento. Por ser um ponto de referência para a concentração das diversas atividades urbanas, a área central torna-se o local de convergência dos sistemas de transportes, que potencializa a sua influência, na medida em que a urbe se expande. Por ser resultado do acúmulo de variadas funções e fluxos, o centro é um espaço político, de lutas e possibilidades de acesso a melhores condições de vida na cidade.

A capacidade de agregar valor ao solo propiciado pelo fornecimento da infraestrutura e pela implantação de atividades comerciais e de serviços modifica os usos urbanos existentes em uma determinada localização da cidade. Sendo assim, pode-se considerar a concentração de atividades produtivas e de consumo está relacionado com o processo de centralidade, uma vez que estes potencializam a concentração de mais investimentos, públicos e privados.

Uma investigação empírica pode facilmente detectar quais lugares de uma cidade podem ser considerados centrais, tendo em vista a movimentação de consumidores, fluxos dos

transportes, concentração de estabelecimentos destinados à venda de produtos diversificados, presenças de instituições públicas e edificações geradoras de tráfego. Os dados estatísticos, à exemplo do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE pode auxiliar na quantificação dos estabelecimentos, indicando quais são as localizações de maior expressão quanto à presença de atividades produtivas e de consumo.

O recorte espacial dessa pesquisa é Rio Branco, capital do estado do Acre. Esta cidade amazônica vem passando por transformações significativas em sua estrutura urbana, tendo em vista a chegada de estabelecimentos comerciais e de serviços que até meados dos anos 1990 eram alheios à esta urbe. A implantação de redes de supermercados, hipermercados, atacadões, shopping center, centros empresariais e franquias redefiniriam a centralidade da capital acreana. Muitos destes já surgem fora da área central, reconfigurando o uso do solo em bairros residenciais que já possuíam tendência à expansão comercial, ou mesmo criando núcleos planejados de comercialização em zonas pouco habitadas, estimulando a especulação imobiliária.

A utilização de dados do CNEFE, associada à uma averiguação da localização agências bancárias, supermercados/hipermercados e atacadões, analisados na escala censitária e resultando na produção de mapas de calor foi o processo metodológico no qual se baseou o presente trabalho. Tais procedimentos evidenciaram a dinâmica da centralidade na capital acreana.

A CENTRALIDADE NOS ESTUDOS URBANOS

Os estudos sobre a desconcentração do comércio e serviços com a formação de novas centralidades é objeto dos mais variados ramos do conhecimento. Geógrafos, urbanistas, planejadores urbanos e economistas buscam desenvolver tipologias para a classificação dos novos centros que se desenvolvem na expansão urbana e na dispersão atividades econômicas.

Ao visualizar o centro as teorizações de Lefebvre, nota-se que duas assertivas são elementares para a compreensão da centralidade urbana: “Não existe realidade urbana sem um centro: comercial, simbólico, de informações, de decisão” (LEFEBVRE, 1999, p. 206) e “Descobrimos o essencial do fenômeno urbano na *centralidade*” (LEFEBVRE 1999, p.110).

Ao visualizar o setor de comércio e serviços em certa localização constata-se que estes, como formas espaciais históricas, também refletem as transformações que ocorreram na evolução de um lugar, exibindo rugosidades (SANTOS, 1991). Nos lugares onde a

concentração de atividades terciárias é mais evidente, como por exemplo, nos centros das cidades, podemos observar a diversidade de estabelecimentos das mais variadas estruturas, níveis de capitalização e com diversas formas de comercializar resultantes de períodos diferentes. São as formas rudimentares do denominado circuito inferior da economia (feirantes, ambulantes, pequenos comerciantes) que contrastam com as modernas atividades do circuito superior da economia: supermercados, hipermercados, bancos e lojas de departamentos de redes nacionais e internacionais,

A manufatura, circulação, venda e consumo de mercadorias são fases essenciais para o processo de acumulação capitalista e estão em constante mutabilidade de acordo com a lógica desse modo de produção. Qualquer alteração nas etapas produtivas e de distribuição resultam em reestruturações socioespaciais, especialmente nos grandes centros urbanos, onde a concentração de atividades e de mercado consumidor é mais expressiva. Assim, a reestruturação urbana ganha impulso em escala global após à Segunda Guerra Mundial, tendo como marco o período de crise mundial do capitalismo na década de 1970. Trata-se de uma modificação estrutural imprescindível, pois a ordem anterior não mais explica o presente, ou seja, representa um processo indispensável no contínuo desenvolvimento do espaço urbano (SOJA, 1993)

A reestruturação urbana está associada com as modificações no mercado de trabalho e na produção industrial a nível mundial. No mercado de trabalho houve a crescente participação da mão-de-obra feminina; o aumento no poder de compra da população devido às facilidades em obter crédito e a inserção de novas tecnologias promovendo a expansão do setor de serviços (HARVEY, 2014). Na esfera da produção-distribuição ocorreu a diminuição das plantas industriais, assim como a separação territorial entre a produção industrial e as atividades de gestão. Tais fatores permitiram que houvesse uma flexibilização quanto à localização e o uso dos espaços por essas atividades. A expansão dos sistemas de transporte e circulação propiciaram a saída das indústrias dos adensamentos urbanos, se direcionando para localizações periféricas à metrópole. Assim, a sede da metrópole passa a assumir as atividades o setor de serviços (o tradicional setor terciário) como principal elemento de organização da estrutura intra-urbana (SPOSITO, 2001).

As atividades do setor de comércio e serviços converteram-se na fonte essencial de acumulação devido o papel maior da ciência e da tecnologia (SANTOS, 1991). O surgimento de novas atividades nas áreas de informática, telecomunicações, marketing, engenharia,

gerenciamento, pesquisa e consultoria, nas condições atuais de uma economia internacional, ampliou e tornou mais complexa a definição dos três setores da economia primário-secundário-terciário.

A ruptura com a tradicional divisão dos sistemas econômicos proposta em 1933 por Fischer ocorreu pelo envolvimento direto das atividades terciárias nos setores primário e secundário, sendo indispensável no desenvolvimento de algumas funções desses exercidas na agropecuária, extrativismo e indústria. Assim: “o terciário, hoje, permeia as outras instâncias (primário e secundário) cuja definição tradicional se esmigalha e, sob formas particulares em cada caso, constitui o elemento explicativo da possibilidade de êxito de inúmeras atividades” (SANTOS, 1982, p. 58)

O setor terciário converte-se em setor de serviços e está diretamente ligado à produção e propagação das crescentes necessidades relacionadas ao modo de vida urbano sob a égide do sistema capitalista. Sendo assim, podemos caracterizar o as atividades de comércio e serviços como de crescente expressividade no espaço urbano contemporâneo (PINTAUDI, 2002). Estas possuem uma impressionante flexibilidade na assimilação das formas de circulação das mercadorias e hábitos de consumo associados às novas tecnologias, na organização do tempo, dos transportes e das formas de vida nas cidades.

Dada as transformações econômicas e espaciais ocorre o desenvolvimento de novos espaços de aglomeração do setor de comércio e serviços fora do centro principal das cidades. Conseqüentemente, surge uma série de tipologias na busca de classificar e hierarquizar estes produtos oriundos do movimento da centralidade intra-urbana.

A centralidade é definida, de acordo com Tourinho (2006, p. 11) como: “um conjunto de qualidades atribuídas a um lugar - o Centro”. Atualmente há uma indefinição dos conceitos de centro e centralidade pois, com a dispersão de equipamentos e atividades urbanas antes concentradas no centro, a centralidade deixou de ser um caráter exclusivo desse lugar. A imprecisão conceitual, segundo Tourinho (2007), transforma-se numa barreira cognitiva que deve ser enfrentada a partir de uma revisão crítica dos temas relacionados ao centro e a centralidade.

As novas centralidades vão se originando, dentre outros fatores, pelo rompimento da estrutura concêntrica, principalmente das grandes metrópoles, onde o centro tradicional perde gradativamente sua referência econômica e política para outras localizações no espaço

intraurbano. Na perspectiva de Sposito (2001) a morfologia dos espaços urbanos passa por redefinições constantes em que, ao invés da existência de aglomerações urbanas que designam contiguidade e adensamento populacional de infraestrutura e equipamentos, produzem-se uma estruturação polinucleada, interna e externamente articulada por amplos sistemas de transporte e comunicação.

Geralmente o conceito de centro é utilizado referente ao centro histórico da cidade e não para denominar os novos centros que vão surgindo na escala intraurbana. Sendo assim, expressões como novas centralidades, subcentro, corredor comercial, *shopping center*, centro de bairro, centros especializados tornam-se usuais na para definir os novos espaços com características de centro nas cidades, especialmente nas grandes metrópoles (CORREA, 1989).

Dentre os trabalhos pioneiros quanto à designação e classificação dos aglomerados de comércio e serviços na organização interna das cidades brasileiras, destaca-se a obra de Duarte (1974). Este autor utiliza a expressão centro funcional, que é caracterizado pela concentração de serviços e pela destinação de fluxos de diversas partes da cidade, servindo de apoio ao centro principal. Cada centro funcional é enumerado e hierarquizado de acordo com a raridade e diversidade de atividades baseados em categorias comerciais que vão desde o consumo cotidiano ao comércio de consumo raro. Corrêa (1989), baseado em proposições de Brian Berry, elaborou uma hierarquia dos polos secundários de comércio e serviços classificando-os em subcentros e eixos de atividades, tanto por sua região de influência quanto pela dimensão da aglomeração.

Os subcentros são formados pela dinâmica da centralidade intraurbana, e em seu processo de desenvolvimento, aglutinando diversas atividades, mercadorias, pessoas, capitais, informações e mantendo relações com outras localizações da cidade e da metrópole. Estes fragmentos espaciais são aglomerações diversificadas e equilibradas de comércio e serviços, constituindo-se numa réplica em tamanho menor do centro principal com o qual concorre parcialmente, sem a ele se igualar e atendendo aos mesmos requisitos de otimização de acesso. As pessoas que consomem o subcentro com suas especialidades e diversidades, deslocam-se de seus bairros para esta nova centralidade, mas em menor quantidade de deslocamentos se comparado com o centro primaz da cidade pois, “o subcentro apresenta tais requisitos para uma parte da cidade, e o centro principal cumpre-os para toda a cidade” (VILLAÇA, 1998., p.293).

Os subcentros não são homogêneos, podendo variar de acordo com sua localização, grupos de rendimento e presença de outras atividades urbanas: terminais rodoviários, proximidade indústrias. Alguns se constituem, predominantemente, pela aglomeração de alguns serviços de primeira necessidade para atender sua população, enquanto há aqueles mais variados e de alcance socioespacial maior. “O conceito de subcentro é empírico, mas tem havido um consenso quanto a alguns estabelecimentos, como lojas de departamento, filiais de lojas do centro, profissionais liberais, cinemas e restaurantes” (VILLAÇA, 1998., p.294).

A CENTRALIDADE EM RIO BRANCO

A situação inicial de Rio Branco enquanto núcleo de povoamento ribeirinho evidencia a importância que a via fluvial possuía como transporte primordial para a comunicação entre a Amazônia e o seu exterior. Tal posição geográfica foi essencial para a formação de um aglomerado populacional vinculado a um porto, o qual era a porta de entrada das inovações, para conexão com exterior e para escoamento da borracha e outras mercadorias. Os fluxos de pessoas e as transações financeiras contribuíram para a edificação de casas comerciais, constituído as bases de um lugar central no povoado Volta da Empreza, posteriormente elevada à condição de Villa Rio Branco.

O sítio urbano onde estava assentada a Villa Rio Branco não apresentava condições físico-naturais que possibilitasse sua expansão de forma ordenada, dada a presença de áreas sujeitas à inundação. Em 1909, o governo departamental do Alto Acre adquiriu parte do Seringal Empreza, situado na margem oposta do Rio Acre para a construção de uma cidade planejada, denominada Pennapolis. Esta era caracterizada por seu traçado urbano ortogonal que compreende a atual a área central da capital acreana. As primeiras vias abertas foram a Epaminondas Jácome e Benjamim Constant, Marechal Deodoro e Getúlio Vargas. Ao longo desses logradouros foram estabelecidos os primeiros serviços administrativos, comércios e residências da margem direita do rio. (GUERRA, 2004).

Em 1920 ocorre uma reorganização do Território do Acre, com a unificação dos quatro departamentos que o compunha (Alto Juruá, Alto Purus, Alto Acre e Alto Tarauacá) e a centralização do poder territorial em Rio Branco. Assim, os dois povoamentos Villa Rio Branco e Penápolis, passaram a constituir uma única cidade, transformando-se em bairros. Durante as primeiras décadas do século XX, Rio Branco mantinha a divisão funcional em duas partes com

atividades claramente distintas, evidenciando duas centralidades. A margem esquerda apresenta a função administrativa enquanto a margem direita concentra o comércio e o lazer da cidade.

Guerra (2004) afirma que as casas comerciais da antiga Villa Rio Branco realizavam diversas transações de quase todo o comércio varejista e atacadista da cidade possuindo importância econômica para a manutenção da exploração do látex, abastecendo os barracões seringalistas. Já no bairro Penápolis, eram construídas as primeiras edificações em alvenaria, à exemplo do Palácio Rio Branco, quartel, penitenciária, grupo escolar e o Mercado Municipal. Eram comum o tráfego diário de embarcações locais, as catraias, transportando pessoas e mercadorias entre as duas margens.

Em meados dos anos 1950 a expansão de Rio Branco passa a ser orientada primordialmente para a margem esquerda do Rio Acre, onde as condições físicas para ocupação humana eram mais favoráveis. O crescimento da capital acreana ocorreu para além do plano estabelecido, tendo em vista a ocupação de um território periurbano denominado de “Zona Ampliada”, com sítios e colônias agrícolas. Já o Plano Penápolis foi se consolidando como a área central, adensando edificações públicas e estabelecimentos comerciais.

O pós-Segunda Guerra incentivou os governos territoriais no Acre a implantarem políticas de reassentamento familiar expandindo a formação de colônias agrícolas. As características de núcleo de povoamento com a manutenção de práticas agrícolas e extrativistas fizeram que algumas colônias acreanas emergissem como vilas e cidades, à exemplo de Rodrigues Alves, Epitaciolândia e Mâncio Lima. No caso de Rio Branco, dado o processo de expansão horizontal, as colônias mais próximas foram incorporadas à malha urbana e originaram o bairro Aviário, oriundo de uma colônia produtora de aves, suínos e abelhas; São Francisco e Apolônio Sales, colônias construídas para conter a migração em direção à capital e Estação Experimental, destinado a produção de mudas e demais suprimentos de suporte ao agricultor.

De todas as colônias agrícolas destaca-se a Estação Experimental, que se constituiu como uma verdadeira vila com relativa autossuficiência em relação ao centro da capital. A movimentação populacional oriunda das trocas estabelecidas entre Rio Branco e o interior do estado possibilitou a formação de um centro comercial nessa antiga colônia. Esta localização adquiriu vocação como centralidade dada a implantação de instituições como a Fundação do Bem-estar Social – FUNBESA e a Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR-ACRE.

Além das colônias agrícolas, a construção de equipamentos urbanos fora do perímetro central estimulou a formação de comunidades, à exemplo do bairro Capoeira, em alusão ao cacimbão de abastecimento de água; Aeroporto Velho e Pista, que surgiram nas vizinhanças do antigo Aeroporto Salgado Filho; o IPASE, primeiro conjunto habitacional da cidade, ao lado da Maternidade Bárbara Heliodora (construída na década de 1950); o bairro Preventório com a fundação do Educandário Santa Margarida; a Cerâmica em homenagem a uma olaria e Sobral, através do loteamento da fazenda homônima, que provia carne e laticínios para a população rio-branquense. Atualmente a região denominada de Baixada da Sobral ou Baixada do Sol, é uma regional de Rio Branco com mais de quinze bairros, cuja expressiva população contribuiu com a formação de uma centralidade na Estrada da Sobral.

O crescimento populacional presenciado em Rio Branco a partir da década de 1970 é decorrente do declínio do ciclo da borracha, carência de incentivos para a fixação dos camponeses na zona rural e o avanço da fronteira agropecuária. A cidade expandiu-se rapidamente formando um mosaico diversificado, loteamentos irregulares, assentamentos precários e bairros de melhor condição infraestrutural.

O período entre 1971 e 1997 é marcado pela intervenção governamental na construção de moradias, sob o comando da Companhia de Habitação do Acre – COHAB-AC, além de outros programas sociais para moradia, que incidiram na expansão territorial da capital acreana. Durante a vigência desse programa, foram edificadas 26 conjuntos habitacionais em Rio Branco, totalizando 8.767 moradias. O crescimento populacional para localizações cada vez mais afastadas do centro incentivou a formação de áreas comerciais nos bairros de Rio Branco, potencializando especialmente as vias de maior movimentação e os tradicionais núcleos oriundos da aglomeração.

A conclusão da pavimentação da BR-364 entre Porto Velho e Rio Branco em meados da década de 1990 facilitou o escoamento de mercadorias vindas do Centro-Sul, dinamizando economicamente o comércio da capital acreana. O número de estabelecimentos comerciais eleva-se de 1.970, em 1985, para 3.276, em 1999. Alguns bairros da cidade ganham destaque no provimento de bens e serviços para a população à exemplo do Centro, Bosque, Estação Experimental e Sobral (com 660, 248, 189 e 114 estabelecimentos, respectivamente). Somente o Centro corresponde à 24,3% do comércio/serviços, evidenciando o caráter monocêntrico dessa urbe. Conforme afirma Moraes (2000, p. 141), tal centralidade dominante: “é exercida

pela acessibilidade de pessoas, ou seja, é no Centro que se situam a maioria dos estabelecimentos bancários, das instituições públicas, dos restaurantes self-service e o final da linha de todos os ônibus”

As primeiras décadas do século XXI verifica-se a aceleração do processo de descentralização em Rio Branco. A contínua expansão horizontal da cidade e a divisão de classes sociais criam espaços segregados para a reprodução do modus vivendi dos diferentes estratos de rendimento. O principal fator dessa transformação urbana foi a conclusão do Anel Viário de Contorno – Via Verde, em 2006. Esta via abriu perspectivas para a expansão ortogonal da cidade, assim como o deslocamento de estabelecimentos públicos e privados. Em seu entorno estão edificadas instituições dos mais variados setores, a saber: saúde – Hospital das Clínicas (antiga FUNDHACRE), o Hospital do Rim e o Instituto de Traumatologia e Ortopedia (INTO); educação - centro universitário UNINORTE; administrativo/judiciário – Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Polícia Federal, Sede da OAB, Ministério Público Federal (Procuradoria da República) e a cidade da Justiça, o,

A disponibilidade de amplas parcelas fundiárias vazias na circunvizinhança da Via Verde, associada à ação do Estado e dos promotores imobiliários tornou-a um vetor de convergência de grandes superfícies comerciais e de serviços como os as redes atacadistas (Mineirão, Atacadão e Assaí), centro empresarial Via Towers e o Via Verde Shopping. Essa centralidade comercial e institucional estabelecida atraiu novas formas de habitação, representadas pelos condomínios horizontais e verticais, loteamentos fechados e home clubs.

Nesse contexto de expansão urbana e econômica, Rio Branco adquire novos contornos de sua centralidade com transformações no Centro da cidade, que ganha impulso na vocação histórica por meio das políticas públicas de requalificação do Calçadão da Gameleira e do Mercado Velho; a consolidação dos subcentros de bairro no Bosque, Estação Experimental, Sobral e em menor escala em outras localizações; o centro planejado de compras, na figura do Via Verde Shopping; e o entorno da Via Verde, como espaço exclusivo para as classes de maior rendimento.

METODOLOGIA

Dentre os procedimentos metodológicos aplicados para analisar a centralidade em Rio Branco destaca-se a utilização de dados estatísticos, pesquisa no Google Maps para

identificação de estabelecimentos bancários e do varejo/atacado alimentício; análise espacial e mapeamento no software quantum GIS.

A utilização dos dados extraídos do Cadastro Nacional de Endereços para Fins Estatísticos – CNEFE (IBGE, 2010) foi basilar para quantificação dos estabelecimentos comerciais e serviços. Por se tratar de um banco de dados relativamente novo, o CNEFE apresenta-se como uma fonte com grande potencial para possíveis análises espaciais. É um produto do Censo Demográfico iniciado no ano 2000, aperfeiçoado no ano 2007, atualizado e divulgado no censo do ano 2010 pelo IBGE.

Primeiramente contabilizou-se os usos não-residenciais, excluído as moradias. Assim foi possível identificar as atividades produtivas e institucionais a nível de setor censitário. A partir da variável espécie de endereço (tipos de usos do lote) foram retiradas as seguintes categorias: Estabelecimento de Ensino, Estabelecimento de Saúde; Estabelecimentos de Outras Finalidades

Complementado essas informações, foram catalogadas as agências bancárias, supermercados e hipermercados utilizando a ferramenta Google Maps. Tal ação foi uma forma de atualizar a localização e o quantitativo desses estabelecimentos, uma vez que houve uma redução do número de bancos e o aumento do setor de varejo/atacado alimentício em Rio Branco no recorte temporal 2010-2019.

Os usos não residenciais, assim como os estabelecimentos de saúde, educação, agências bancárias e supermercados/hipermercados foram agrupados na escala de setor censitário e posteriormente convertidos em uma planilha no formato CSV. (Comma-separated values) para ser vinculado ao software de geoprocessamento Quantum GIS.

A base censitária com as informações do setor de comércio e serviços foi submetida a análise espacial do tipo heatmap, que produz mapas de calor revelando a intensidade de um determinado fenômeno. As áreas mais escuras do mapa revelam os locais com maior concentração dos indicadores analisados, servindo de subsídio para caracterizar as centralidades de Rio Branco quanto suas especificidades.

Foram selecionadas preliminarmente potenciais centralidades de Rio Branco, tendo em vista a importância que estes lugares possuem como polos de convergência de consumidores, concentração de atividades diversificadas e como pontos de passagem do transporte coletivo na capital acreana.

RESULTADOS

A espacialização dos quantitativo de atividades produtivas, assim como a localização dos estabelecimentos de ensino, saúde, setor bancário e supermercados/hipermercados possibilitou identificar quais porções de Rio Branco são mais dinâmicas no provimento de atividades essenciais para o consumo de sua população, podendo ser consideradas centralidades no espaço intra-urbano desta cidade.

A utilização dos setores censitários para a produção de mapas de calor revelou que a definição de áreas centrais não está restrita a um bairro em específico, mas extravasa os limites territoriais administrativos. Em uma análise conjunta entre os dados do CNEFE e a coleta empírica, foram selecionadas nove centralidades, formadas por conjuntos de bairros da capital acreana. Conforme evidenciado na Tabela 1.

Tabela 1 – Identificação das Centralidades de Rio Branco

Potenciais Centralidades	Bairros	Estabelecimentos Não-residenciais
Centro	Centro, Base, Capoeira, Cerâmica, D. Giocondo e Seis de Agosto	1.218
Bosque	Bosque, José Augusto, Isaura Parente e Aviário	1.528
Jardim Europa-Via Verde	Jd. Europa, Jd. Primavera, Jd. Allah e Portal da Amazônia	160
Estação Experimental	Est. Experimental, Manuel Julião, Tangará e Doca Furtado	689
Floresta	Floresta, Abraão Alab, Jardim Nazle e Ivete Vargas, Bela Vista	650
Floresta Sul	Vila Betel e Floresta Sul (Via Verde Shopping)	258 ¹
Sobral	Sobral, Glória, Palheiral, Aeroporto Velho e João Eduardo	1.022
Corrente	Triângulo Novo, Areal, Santa Inês e Comara	519
São Francisco	São Francisco e Vitória	454
Total Centralidades		6.498
Total Rio Branco		12.422

Fonte: CNEFE/IBGE, 2010. ¹Soma-se os estabelecimentos do Via Verde Shopping.
 Elaborado por BENTO, V. R. S.

O Bosque é a centralidade de maior concentração de estabelecimentos destinados a alguma atividade econômica, destacando-se principalmente como uma localização prestadora de serviços médicos, restaurantes, bares, lojas de móveis e decoração. O Centro evidencia-se como localização com relevante expressividade nas atividades comerciais, tanto para as grandes redes de lojas, quanto para o comércio popular e informal, sendo um ponto de referência para todo espaço intra-urbano de Rio Branco. Ambos, Bosque e Centro podem ser considerados uma

centralidade única, dada a sua contiguidade espacial, que propiciou o extravasamento das atividades exercidas pela área central para o bairro vizinho. Juntas, essas duas unidades territoriais correspondem por 22,10% de todos os usos não-residenciais em Rio Branco.

Floresta e Estação Experimental são localizações com grande fluxo de linhas de ônibus e adensamento populacional em conjuntos habitacionais, o que as tornam em espaços estratégicos para aglutinação de atividades comerciais e de serviços.

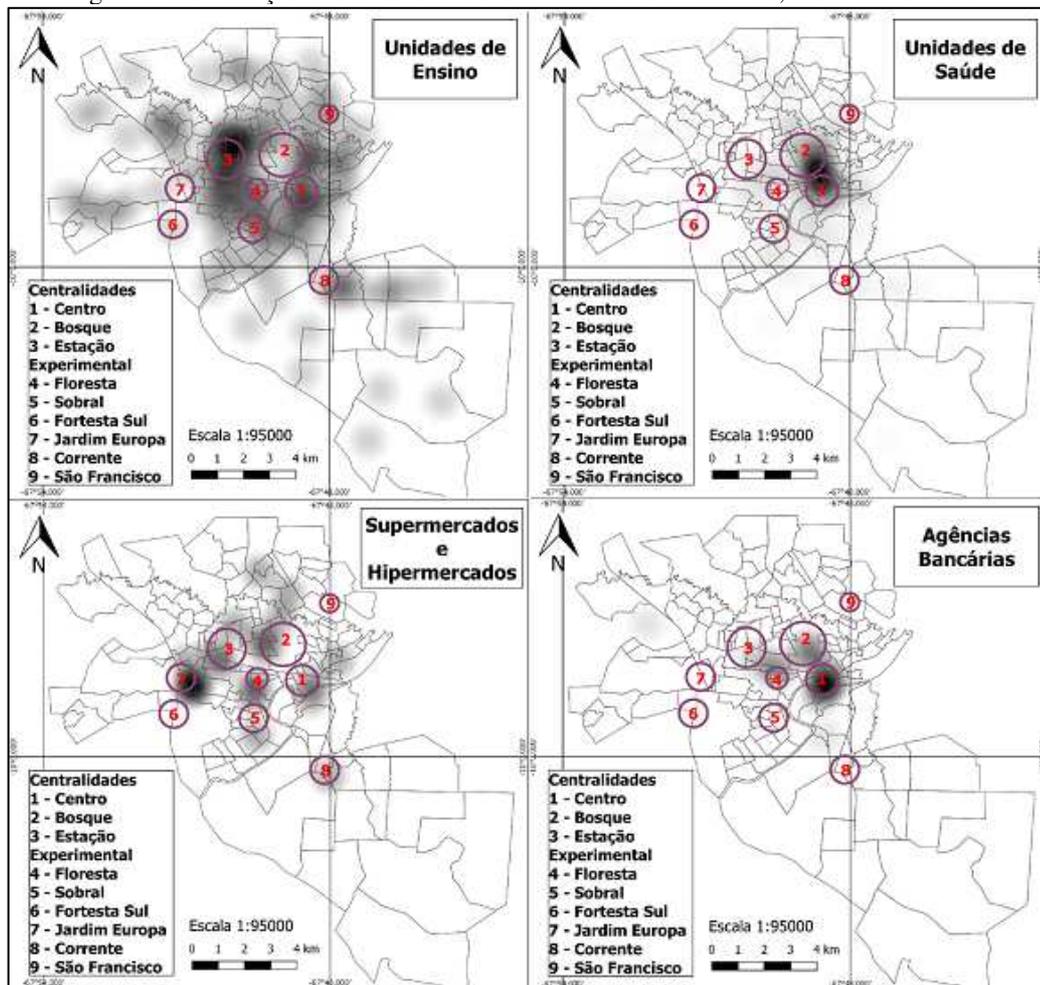
Jardim Europa e Floresta Sul são centralidades em processo de formação, destinando-se principalmente para satisfazer as demandas da população de maior poder aquisitivo que se estabelecem nessa área de expansão de condomínios e loteamentos fechados. Já Sobral, São Francisco e Corrente são centralidades significativas para o conjunto de bairros adjacentes, onde há um predomínio de populações com rendimento inferior à dois salários-mínimos. Estas oferecem uma variedade de itens de consumo corriqueiro (mercadinhos, farmácias, lotéricas, dentre outros).

No que concerne a concentração dos estabelecimentos de ensino verifica-se o destaque da Estação Experimental como centralidade educacional no espaço intra-urbano de Rio Branco (Figura 1). Esse subcentro apresenta instituições de ensino superior como a UNIMETA e UVERSE além de diversas unidades educacionais de ensino fundamental e médio que atendem a população dos adensados conjuntos habitacionais Manuel Julião e Tangará. O Centro aparece como núcleo secundário para a prestação de serviços educacionais, especialmente com a presença de escolas de ensino médio: CERB, Colégio da Aplicação, Colégio Acreano e Professor Rodrigues Leite. Ademais, a área central sedia importantes equipamentos educacionais como a Biblioteca Pública e a Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esportes.

Os estabelecimentos de saúde (Figura 1) estão fortemente aglutinados no Bosque, bairro que emergiu como uma centralidade estratégica para implantação de serviços médicos a partir dos anos 70, concentrando em seu território a sede do Hospital de Urgência e Emergência - HUERB (antigo Pronto-Socorro), a Santa Casa de Misericórdia, Hospital Santa Juliana, Hospital da Criança, UNIMED, Prontoclínica, além de uma diversidade de consultórios médicos e laboratórios. O Centro aparece em segundo lugar na prestação de serviços médico-hospitalares, especialmente com a presença de clínicas odontológicas e consultórios especializados.

Fora dessas duas áreas aparecem alguns estabelecimentos de saúde de grande porte descentralizados. Há uma tendência de formação de uma centralidade da saúde no Jardim Europa e imediações, onde estão implantados a Fundação Hospitalar do Acre, O Instituto de Traumatologia e Ortopedia – INTO e a Clínica do Rim. A região da Corrente torna-se referência para os bairros do Segundo Distrito com a presença de uma Unidade de Pronto Atendimento – UPA e o Hospital do Amor, destinado ao tratamento oncológico.

Figura 1: Localização das classes de estabelecimento selecionadas, Rio Branco - Acre



Fonte: CNEFE/IBGE, 2010 e pesquisa direta, 2019. elaborado por BENTO, V. R. S.

A distribuição das redes de supermercado/hipermercados também potencializa algumas localizações no espaço intra-urbano, pois direcionam-se especialmente para os bairros de maior poder aquisitivo e com expressiva circulação de consumidores. Por ser um serviço essencial para o cotidiano das famílias, os estabelecimentos do varejo/atacado alimentício tendem a se instalar em bairros populosos, eixos viários intermunicipais que facilitem o

deslocamento dos clientes da zona de influência de uma cidade, assim como em importantes vias arteriais. Essas estruturas geralmente estão agregadas a outros serviços como caixas bancários, lavanderias, galerias comerciais, posto de gasolina e restaurantes. Assim, os supermercados e congêneres são relevantes na definição da centralidade.

Quanto à sua distribuição na escala intra-urbana de Rio Branco, observa-se a preferência por algumas localizações. A Estação Experimental possui tradição na comercialização de gêneros alimentícios, abrangendo o Mercado Municipal Francisco Assis Marinho (inaugurado em 1996). Nesta centralidade estão presentes redes de supermercados locais como Pague Pouco, Mercal e Araújo, além de um comércio varejista alimentar diversificado. Entretanto, o Jardim Europa-Via Verde torna-se a centralidade mais relevante para o varejo e atacado alimentício, pois possui quatro hipermercados, representados pelas redes nacionais Mineirão, Atacadão, Assaí e a rede local Araújo Mix. Bosque, Centro e Floresta aparecem em menor escala, mas são áreas significativas quanto o consumo neste setor.

O mapeamento do setor bancário (Figura 1) consistiu na identificação das agências físicas do Banco do Brasil, Bradesco, Caixa Econômica Federal, Itaú, Santander e Banco da Amazônia. Entende-se que a escolha locacional para implantação de unidades de atendimento bancário decorre da importância que determinados locais da cidade possuem quanto ao volume de transações financeiras e pela movimentação de pessoas. Assim, os bancos são indicativos de lugares dotados de centralidade.

Através dessa espacialização observa-se que o setor bancário está fortemente localizado no Centro de Rio Branco seguindo em menor escala pelo Bosque e Estação Experimental (com quatro e duas agências, respectivamente). Fora desses núcleos, ocorre a formação de um corredor financeiro na Avenida Ceará. Há uma perspectiva de maior concentração espacial de atividades financeiras na medida em que os grandes conglomerados bancários passam por fusões empresariais e expansão do autoatendimento, o que conseqüentemente reduz o total de agências. Dessa forma, algumas centralidades perdem força como ponto de escolha para a implantação de uma unidade bancária física enquanto outras se tornam mais elegíveis, em especial, nos locais de maior fluxo de pessoas e de atividades econômicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A definição da centralidade urbana evidencia-se de forma complexa e com múltiplas possibilidades metodológicas. A escolha pela espacialização dos dados do CNEFE foi um exercício que demonstrou com os dados estatísticos podem contribuir para os estudos urbanos, não como fim, mais como meio de entendimento da realidade urbana, servindo para identificar os locais estratégicos quanto à concentração de comércio e serviços.

Rio Branco uma cidade que se expandiu de forma acelerada a partir dos anos 1990, com uma clara divisão social de classes, assim como na formação e consolidação de espaços dotados de centralidade para além de seu centro histórico. A análise dos estabelecimentos de saúde, ensino, agências bancárias e supermercados/hipermercados, demonstra a preferência por essas atividades urbanas em se concentrarem em poucas localizações estratégicas para a sua manutenção e para o atendimento da população. Algumas centralidades que já apresentavam vocação econômica para um tipo de atividade, à exemplo da Experimental, com o setor varejista/alimentício e o Bosque, com o setor da saúde, tendem a progressivamente concentrar mais estabelecimentos destas tipologias além de outros serviços complementares, constituindo uma cadeia produtiva dessas atividades. O setor bancário, apesar de sua desconcentração espacial ainda ver o potencial do centro histórico (bairro Centro), como principal local para as transações econômicas na capital. Espera-se que com a atualização dos dados do CNEFE para o censo de 2022 seja possível acompanhar a dinâmica das atividades comerciais e de serviços na capital acreana, sendo possível identificar novas centralidades.

REFERÊNCIAS

GUERRA, Antônio Teixeira. **Estudo Geográfico do Território do Acre – Ed. Integral.** – Brasília:

Senado Federal, 2004.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana.** Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

MORAIS, Maria de Jesus. **Rio Branco – AC, uma cidade de fronteira:** o processo de urbanização e o mercado de trabalho, a partir dos planos governamentais dos militares aos dias atuais. Florianópolis: Dissertação de Mestrado em Geografia, UFSC, 2000.

PINTAUDI, Silvana Maria. A cidade e o comércio. In: CARLOS, Ana Fani A. (org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 2002.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade:** ensaios. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. **Pensando o Espaço do Homem**. 2ª Ed. São Paulo: Hucitec, 1991

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas**: A reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: In: DAMIANI, Amélia Luísa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odete Carvalho de Lima. **O espaço no fim de século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 2001, p. 83-99.

TOURINHO, Andréa de Oliveira. Centro e centralidade: uma questão recente. In Ana Fani Carlos e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (orgs). **Geografia das Metrôpoles**. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. Do centro às novas centralidades: uma trajetória de permanências terminológicas e rupturas conceituais. In: GITAHY, Maria Lúcia Caira. **Cidade - Impasses e Perspectivas** (Arquiteses 2). São Paulo: Annablume, 2007.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP: Lincoln Institute, 1998.